

Em carta, governo Trump diz que apoia processo eleitoral no Brasil e defende ações contra Moraes, PCC e CV

Category: BRASIL,ELEIÇÕES,Eleições 2026,GERAL,MUNDO
escrito por Chellsen Carneiro | 17 de outubro de 2026



O Departamento de Estado dos Estados Unidos enviou uma carta a uma congressista norte-americana na qual afirma que o governo de Donald Trump apoia o direito dos brasileiros de escolher seus representantes em eleições livres e justas. O documento foi assinado na quinta-feira (15).

Na carta, o governo Trump também defendeu as sanções aplicadas contra o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), e a classificação das facções Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV) como organizações terroristas.

O documento é uma resposta a uma carta enviada em setembro por um grupo de 31 deputados dos EUA ao Departamento de Estado. Os congressistas pediram que a Casa Branca respeitasse o processo eleitoral brasileiro.

Na ocasião, os deputados acusaram o governo Trump de tentar interferir na eleição brasileira por meio de medidas econômicas, políticas e diplomáticas contra o Brasil.

Na resposta, o Departamento de Estado afirmou que os Estados

Unidos apoiam o direito do povo brasileiro de realizar eleições “livres e justas”. O órgão também disse que continuará mantendo relações com o próximo governo eleito.

“Continuaremos a dialogar com o povo brasileiro, o setor privado e o governo eleito para promover a segurança, o comércio recíproco, os investimentos e a prosperidade nos dois países”, afirmou o Departamento de Estado.

Por outro lado, o órgão defendeu a aplicação de sanções contra autoridades e grupos brasileiros. Segundo o governo Trump, as decisões foram tomadas com base nos critérios legais e regulatórios aplicáveis a cada medida.

Em relação à aplicação da Lei Magnitsky contra Alexandre de Moraes, em julho de 2025, o Departamento de Estado afirmou que a medida foi baseada em documentos e evidências de “graves violações dos direitos humanos”.

Segundo o órgão, Moraes “abusou de sua posição ao autorizar prisões preventivas injustificadas e comprometer a liberdade de expressão”.

O departamento também acusou o ministro de promover “uma iniciativa direcionada e politicamente motivada para silenciar críticos políticos, por meio da emissão de ordens secretas que obrigavam plataformas digitais, incluindo empresas americanas de redes sociais, a banir contas de pessoas que publicavam manifestações protegidas pela liberdade de expressão”.

O nome de Moraes foi retirado da lista de sancionados pela Lei Magnitsky em dezembro de 2025.

PCC e Comando Vermelho

O Departamento de Estado também defendeu a classificação do PCC e do Comando Vermelho como organizações terroristas.

Segundo o governo Trump, as facções são altamente violentas e responsáveis por ataques contra autoridades e civis brasileiros.

O governo norte-americano afirmou ainda que as atividades das duas organizações já representam uma ameaça aos Estados Unidos e à segurança regional.

“As medidas do Departamento reforçam o compromisso inabalável do governo Trump de dismantelar cartéis e organizações criminosas em nossa região e garantir a segurança do povo americano”, afirmou o órgão.

Cartas

No dia 24 de setembro, o grupo de 31 parlamentares enviou uma carta ao secretário Marco Rubio, acusando o governo Trump de tentar pressionar instituições brasileiras e colocar em risco a parceria estratégica entre os dois países.

Na carta, os parlamentares exigiram que os EUA se comprometessem a reconhecer e aceitar o resultado das eleições marcadas para outubro.

Cinco dias depois, três senadores democratas cobraram de Rubio garantias de que o governo norte-americano aceitará o resultado das eleições no Brasil.

No documento, os senadores expressaram “preocupação com ações do governo” que ameaçam a aliança estratégica com o Brasil. Eles também apontaram uma suposta tentativa de interferência por parte dos EUA.

Já no dia 6 de outubro, após o primeiro turno, outro grupo de 12 deputados enviou uma nova carta acusando a Casa Branca de tentar interferir no resultado das eleições.

No documento, de três páginas, os deputados afirmam que o Departamento de Estado promove uma “escalada desnecessária”

que pode causar uma ruptura nas relações entre os EUA e o Brasil.

Fonte: g1 e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso
17/10/2026/07:19:49

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](#)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93

981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](tel:-93-984046835) (Claro)
- Site: www.folhadoprogresso.com.br e-
mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e-mail:
adeciopiran.blog@gmail.com